



Evento: XXVI Jornada de Pesquisa

## A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NA CASA FAMILIAR RURAL FILHOS DA TERRA<sup>1</sup>

SUCCESS IN FAMILY AGRICULTURE: A STUDY IN THE RURAL FAMILY HOME FILHOS DA TERRA

**Airton Rodrigues da Silva<sup>2</sup>, Deise Anelise Froelich<sup>3</sup>, Lidiane Kasper<sup>4</sup>, Nelson José Thesing<sup>5</sup>**

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido por intermédio do PPGDR - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional - UNIJUI

<sup>2</sup> Mestre em Educação nas Ciências, Doutorando em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR da UNIJUI, Bolsista CAPES e professor da Casa Familiar Rural Filhos da Terra, airton-rs@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR da UNIJUI, deise.froelich@sou.unijui.edu.br

<sup>4</sup> Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas, pela Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, Doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR da UNIJUI, Bolsista UNIJUI, lidiane.kasper@sou.unijui.edu.br

<sup>5</sup> Doutor em Integração Regional, Professor na UNIJUI, integra o Corpo Docente do PPGDR - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional.

### RESUMO

A sociedade brasileira vem passando nas últimas décadas por um acelerado processo de urbanização, trazendo várias consequências para a agricultura familiar, dentre elas, a dificuldade na sucessão da propriedade rural. O tema da sucessão na agricultura familiar tem mobilizado as entidades preocupadas com o futuro não apenas da profissão, mas do modo de vida e, sobretudo, da segurança alimentar. Deste modo, este estudo tem por objetivo conhecer as expectativas quanto à sucessão rural dos educandos da Casa Familiar Rural Filhos da Terra - CFRFT, localizada em Campina das Missões, RS, contribuindo com a discussão de aspectos que envolvem a sucessão na agricultura familiar das regiões Fronteira Noroeste e Missões do Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando-se como procedimentos a pesquisa documental e o estudo de caso, com aplicação de questionários aos educandos da Escola, contabilizando 53 respostas. Os dados apontam que entre os jovens matriculados em escolas do campo com a Pedagogia da Alternância, as possibilidades de permanência no meio rural para fazer a sucessão familiar são elevadas.

**Palavras-chave:** Formação; permanência, propriedade rural familiar.

### ABSTRACT

Brazilian society has been going through an accelerated urbanization process in recent decades, bringing several consequences for family farming, among them, the difficulty in the succession of rural property. The issue of succession in family farming has mobilized entities concerned with the future not only of the profession, but of the way of life and, above all, of food security. Thus, this study aims to understand the expectations regarding the rural



succession of students of the Rural Family House Filhos da Terra - CFRFT, located in Campina das Missões, RS, contributing to the discussion of aspects involving succession in family farming in the regions Northwest Frontier and Missions and Rio Grande do Sul. The methodology used consists of a descriptive research, with a qualitative approach, using as procedures the documental research and the case study, with application of questionnaires to the students of the School, with 53 answers. The data show that among young people enrolled in rural schools with the Pedagogy of Alternation, the possibilities of staying in the rural environment to make family succession are high.

**Keywords:** Formation; Permanence, Family Rural Property.

## 1 INTRODUÇÃO

O final do século XX e início do século XXI foram marcados por um forte processo de urbanização no Brasil (IBGE, 2016, *apud*, SANTOS, 2016). A população mais jovem participou intensamente nesse processo, especialmente mulheres, gerando um esvaziamento e envelhecimento da população rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

A partir desse fato, surge a preocupação, sobretudo na Agricultura Familiar, pelo processo de sucessão na atividade (PASQUETTI, HILLESHEIM, 2014), tanto por suas características sociais peculiares, primando pela continuidade do patrimônio familiar, como pela sua representatividade econômica (GRIS, LAGO, BRANDALISE, 2017), uma vez que o esvaziamento do campo traz risco à continuidade da produção agrícola familiar e, conseqüentemente, à oferta de alimentos saudáveis para o conjunto da população brasileira, dado que segundo Pasqualotto, Kaufmann e Wizniewsky (2019) a agricultura familiar tem papel fundamental para a produção de alimentos para o mercado nacional.

A partir destas constatações, entidades, governos e estudiosos sociais passaram a abordar esse tema, para compreender suas razões e buscar subsídios para o enfrentamento dessa problemática que ainda persiste e, portanto, ainda demanda de estudos a fim de identificar e propor ações para conter esse fluxo migratório (KISCHENER, KIYOTA, PERONDI, 2015).

Sabe-se que o desafio da promoção da sucessão rural é maior e extrapola as questões típicas das políticas públicas, ou seja, extrapola o horizonte de atuação do Estado, considerando que outras questões também pesam nas escolhas dos jovens em permanecer no meio rural e são relativas às relações de poder nas famílias, como participação tardia dos



jovens nos processos de tomada de decisões e dificuldades no acesso à educação (GRIS, LAGO, BRANDALISE, 2017).

Nesse sentido, ganha importância o tema da educação voltado à realidade e às necessidades específicas deste público através da metodologia da Pedagogia da Alternância, desenvolvida pelas Casas Familiares e sua relação com a permanência dos jovens no meio rural. Um estudo realizado por Hillesheim e Vizzotto (2015) com jovens da região de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul, onde a experiência na Casa Familiar Rural Santo Isidoro - CFRSI, foi implantada em 2002, traz resultados animadores, sendo que após 12 anos de atuação, 10 turmas, totalizando 151 alunos, concluíram seus estudos de Ensino Médio. Entre estes verificou-se que 90% dos jovens permaneciam morando no meio rural, 68% com atividades exclusivamente agrícolas na própria unidade familiar e 22% com atividades de renda fora da unidade familiar (HILLESHEIM; VIZZOTTO, 2015).

Ao voltarmos o olhar para a experiência da região Noroeste do Estado do RS, o estudo tem por objetivo conhecer as expectativas quanto à sucessão rural dos educandos da Casa Familiar Rural Filhos da Terra, localizada em Campina das Missões, contribuindo com a discussão de aspectos que envolvem a sucessão na Agricultura Familiar da região correspondente aos Coredes Fronteira Noroeste e Missões do Rio Grande do Sul.

Portanto, a partir da estruturação deste artigo buscou-se inicialmente apresentar uma caracterização demográfica e a abordagem histórica dos movimentos demográficos no sentido rural-urbano, seguindo com a questão sobre os interesses e políticas públicas voltadas a jovens rurais no Rio Grande do Sul e, na sequência, a organização da sociedade civil através de entidades ligadas ao meio rural no sentido de viabilizar a permanência do jovem no meio rural, destacando o trabalho das Casas Familiares Rurais - CFR e, de modo específico a Casa Familiar Rural Filhos da Terra que conta com estudantes das regiões supracitadas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA**

O Brasil viveu um profundo processo de transição demográfica na segunda metade do século XX, caracterizado por um grande crescimento demográfico e uma migração do meio rural para o meio urbano (IBGE, 2016, *apud*, SANTOS, 2016). Até o Censo Demográfico de 1970, a maior parcela da nossa população morava no campo, sendo que em 1950 nossa



população estava na casa dos 51 milhões de habitantes, em 1970 passamos a 94,5 milhões e, em 2000 já atingimos mais de 169 milhões de habitantes (IBGE, 2016, *apud*, SANTOS, 2016). Esse processo meteórico de crescimento populacional veio acompanhado de um crescimento ainda mais acelerado da urbanização, considerando que a população rural, que em 1950 era de 63,9% ou 33 milhões de habitantes, diminuiu percentualmente para 15,7% e numericamente para 29,8 milhões de habitantes (IBGE, 2016, *apud*, SANTOS, 2016).

Trazemos essa observação sobre a evolução demográfica brasileira e o processo de urbanização para caracterizar o período em que o meio rural passou por uma profunda transformação demográfica, materializada pelo êxodo rural e com boa frequência o êxodo regional, uma vez que o processo migratório não ocorreu apenas no sentido rural-urbano, mas também entre regiões do país.

Destaca-se ainda, que a modernização agrícola vivenciada no Brasil a partir da década de 1970, mudou radicalmente a matriz produtiva. A diversificação da produção passou a dar lugar às monoculturas com crescente incorporação tecnológica, especialmente no período da chamada Revolução Verde, sendo necessária uma produção em maior escala, que exigia maiores áreas de terra. A ausência de novas áreas para ser adquiridas, ou mesmo a falta de capacidade financeira de fazer a aquisição se configurou na primeira razão para a migração, tanto para as cidades da região ou fora dela, bem como para novas fronteiras agrícolas em todo Brasil. Outra razão para a saída do campo foi a ausência de políticas públicas de crédito facilitado, com juros subsidiados, para o investimento nas propriedades. As linhas de crédito existentes eram mais adequadas às grandes propriedades e a exigência de garantias reais muitas vezes impedia o seu acesso, ou colocava em risco o principal bem da unidade familiar, que era a terra. Essa combinação de fatores gerou insegurança no campo e impulsionou os jovens a buscar novas oportunidades fora da Agricultura Familiar.

A partir dos anos 1990, contudo, consolidou-se uma importante mudança institucional no Brasil. Conforme destacam GRISA *et. al.* (2017), o Estado passou progressivamente a reconhecer política e institucionalmente a agricultura familiar, possibilitando a construção de um amplo conjunto de políticas públicas e quadros normativos específicos para a categoria social. É neste contexto que surge o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que foi a primeira política pública voltada exclusivamente para a agricultura familiar e, atualmente, é a principal política agrícola direcionada para essa



categoria social (TROIAN, TAFERNABERRY, MACHADO,2020). A partir dele, outras políticas se consolidaram, sofrendo mudanças, de acordo com as transições de governo e suas ideologias.

## 2.2. ABORDAGEM HISTÓRICA DA SUCESSÃO RURAL

O tema da Sucessão na Agricultura, antes de chegar ao Brasil, já mobilizou lideranças e entidades na Europa que perceberam o envelhecimento da sua população, especialmente no meio rural e o afastamento da juventude das atividades agrícolas. No Brasil o tema ganhou relevância a partir da constatação de um intenso êxodo rural, sobretudo na década de 1990, especialmente da população mais jovem.

O debate da sucessão familiar mobiliza os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Igrejas, cooperativas, lideranças políticas e o poder público. Algumas ações tomadas têm demonstrado eficácia no seu objetivo, como a elaboração de políticas públicas de incentivo à permanência no campo e criação de escolas do campo, a exemplo das Casas Familiares Rurais. No entanto, o tema é muito mais abrangente e envolve um conjunto de elementos objetivos e subjetivos que merecem um estudo. Entre eles pode-se verificar uma mudança na percepção sobre o valor da vida no campo, a partir de uma maior exposição e visibilidade, melhora nas condições de acesso à educação e à tecnologia, as dificuldades no acesso ao emprego formal na cidade e, mais recentemente, as mudanças na previdência pública. Por essas razões, corroborada pela valorização comercial dos produtos agrícolas e o acesso a novas tecnologias de produção, bem como a necessidade de produção de alimentos saudáveis para garantir a segurança alimentar do país, podemos estar vivendo um novo momento, de valorização do meio rural, que crie as condições para a permanência dos jovens no campo, bem como o retorno de emigrados para desenvolver a atividade agrícola. Há um movimento lento, porém perceptível de retorno ao campo, muito embora que em condições diferentes das existentes anteriormente, que merece ser observado.

Entendemos que não podemos falar da juventude rural de forma homogênea, pois existem muitas especificidades que caracterizam esse grupo social, como questões de gênero, diferenças culturais e regionais, diferentes delimitações de idade, bem como as advindas da origem étnica e religiosa. Neste sentido, observa-se que na migração rural-urbano, o número de mulheres tende a ser superior ao dos homens, devido à precariedade das possibilidades



existentes no meio rural para sua inserção, e ao papel subalterno que tem na agricultura familiar (WEISHEIMER, 2004; BRUMER 2004).

Outra característica importante de ser observada em relação à juventude rural, especificamente na região objeto deste artigo, tem relação com a crescente integração do urbano com o rural, bem como o surgimento de empreendimentos rurais como agroindústrias e granjas de produção de leite e suínos, que geram oportunidades de trabalho com carteira assinada no meio rural. Com isso, muitos jovens apesar de continuar residindo com suas famílias na unidade familiar, exercem atividades laborais externas, criando uma simbiose entre vida urbana e rural.

### 2.3 JUVENTUDE RURAL, SUCESSÃO FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora haja um esforço de diversas entidades para contribuir com o contexto da sucessão familiar rural, a decisão sobre a sucessão ocorre no cerne da família. Durston (1997) chama atenção ao considerar que os jovens rurais constituem uma categoria invisível marcada por uma etapa de conflitos, pois apesar de maduros física e produtivamente, permanecem submissos à autoridade paterna. Por essa razão, a sucessão na agricultura familiar apresenta como necessidade o aumento do diálogo em família e da participação dos jovens nas decisões para que eles possam construir seu projeto de vida pessoal e obter o necessário reconhecimento social.

É sobre o jovem rural, vinculado a um contexto familiar, que repousa a decisão de dar continuidade – ou não – ao trabalho desenvolvido na propriedade rural, o que reflete diretamente no contexto e na história das comunidades e da sociedade. Diante disso, ao discutir a sucessão familiar rural cabe lançar um olhar especial sobre o jovem rural, suas demandas, anseios, autonomia e rede de apoio, assim como as condições que possui para essa tomada de decisão, levando em conta especialmente o contexto familiar e social. Cabe aqui lembrar a concepção de Sen (2010), ao relacionar o desenvolvimento com a dimensão da liberdade que os indivíduos possuem, envolvendo tanto os processos que permitem autonomia na tomada de decisões como as oportunidades que as pessoas têm, dadas as circunstâncias pessoais e sociais. Para além da simples ampliação de renda e riqueza, portanto, é preciso visualizar o desenvolvimento relacionado com a melhoria da qualidade de vida que se leva e



da liberdade que desfrutamos. Não é possível tomar uma decisão sobre a própria vida quando há limitações impostas por vulnerabilidades ou restrições de liberdade.

A problemática da dicotomia sucessão rural - juventude fica ainda mais clara quando se tem contato com os dados do Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontou que dos 2.640.642 jovens gaúchos, 336.026, o equivalente a apenas 12,07%, viviam no meio rural. E é sobre esse número que recai a responsabilidade de dar continuidade à reprodução social e econômica no meio rural, bem como à produção de forma consciente e sustentável, através da sucessão familiar.

Já os dados do último Censo Agropecuário executado pelo IBGE (2017), acentuam a preocupação com a sucessão rural e com a atuação do jovem na propriedade, quando levada em conta a faixa etária do produtor responsável pelo estabelecimento. Observa-se que a maior parte dos estabelecimentos está sob a gestão de pessoas entre 45 e 65 anos, o que corresponde a 52,18%. Na estratificação realizada pelo Censo Agropecuário, apenas 7,8% das propriedades gaúchas são comandadas por pessoas de até 35 anos.

Outro estudo, coordenado pela Emater/RS-Ascar (2018), enquanto entidade oficial executora da política de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social (ATERS), buscou conhecer o perfil da juventude rural do Rio Grande do Sul, justamente para melhor entender suas demandas e executar ações que proporcionem o que estes jovens almejam. A relevância dos resultados deste levantamento se aproxima da concepção de desenvolvimento de Sen (op.cit), que volta-se ao aumento das capacidades das pessoas de levar a vida que desejam e valorizam, sendo que, segundo o autor, estas capacidades podem ser ampliadas pela política pública.

A pesquisa, que teve abrangência estadual e aplicação de 20 questionários fechados em cada um dos escritórios municipais da Emater/RS-Ascar, ouviu famílias de agricultores familiares, indígenas, quilombolas, pescadores e assentados da reforma agrária, assistidas pela ATERS, resultando em 10.770 questionários (EMATER/RS, 2018). Seus elementos tornam-se interessantes para esta discussão uma vez que apontam os fatores que contribuem para que o jovem gaúcho opte por permanecer no meio rural. Entre os entrevistados, 96,3% responderam que a família gostaria de permanecer na propriedade desenvolvendo a atividade rural, sendo que as principais atividades desenvolvidas são a agricultura, a pecuária, a agroindústria e a agricultura de base ecológica (EMATER/RS, 2018). Desta forma, percebe-se que as famílias



que contam com uma rede de apoio, a exemplo da ATERS, apresentam interesse em permanecer na propriedade, ao mesmo tempo que fortalece-se a importância de discutir políticas públicas diferenciadas que reconheçam a diversidade de atividades e de públicos existentes no meio rural.

Em relação à sucessão familiar, 52,5% dos entrevistados afirmaram que esta ocorre pelo interesse dos filhos; 35,5% pelo interesse dos pais; 14,6% pela necessidade e os demais 5,19% por outros motivos, mais uma vez, reiterando-se o papel da relação entre jovem-família na decisão pela sucessão. Já a motivação principal que leva à essa decisão é o desejo de ficar no meio rural (46%), seguido da proximidade com a família (35,25%), da renda (29,28%) e das dificuldades de estabelecer vínculo com o urbano (14,09%) (EMATER/RS, 2018).

Em 22,1% dos casos, houve saída e posterior retorno do jovem à propriedade, sendo que nestas situações, levantou-se que 77,9% retornaram (EMATER/RS, 2018). Os motivos mais apontados para o retorno foram, respectivamente, o vínculo com o meio rural, questões financeiras e dificuldades de adaptação no meio urbano. Desta forma, percebe-se que o sentimento de pertença e a identidade cultural são fatores determinantes para o retorno e permanência do jovem no rural.

A busca por alternativas que atendam à juventude rural, perpassa por reconhecer a importância de políticas públicas e de um formato de educação que sejam voltados a essa identidade, suas problemáticas e seus interesses. Claras iniciativas buscam aliar-se a esse esforço, como a manutenção de escolas do campo, execução de políticas públicas a exemplo do PRONAF, anteriormente mencionado, da Bolsa Juventude Rural e o trabalho realizado junto às Casas Familiares Rurais.

O Programa Bolsa Juventude Rural é atualmente a principal política, coordenada pelo Governo do Estado, voltada à juventude rural gaúcha. Desenvolvido desde 2019, com o envolvimento da ATERS pública, por meio da Emater/RS-Ascar, o programa tem o objetivo de criar condições de acesso e permanência no Ensino Médio e de implantação de projetos produtivos sustentáveis, estimulando a sucessão nas propriedades rurais familiares. A bolsa consiste em um auxílio subsidiado de R\$ 200 mensais, por um período de 10 meses. Para a implantação do projeto produtivo, os jovens contam também com a assistência técnica da ATERS pública. Nos 45 municípios pertencentes à Fronteira Noroeste e Missões, segundo



dados do Escritório Regional da Emater/RS-Ascar de Santa Rosa, de 2018 a 2020, foram contemplados 103 jovens em 22 municípios, no total.

Outra proposta que busca contribuir com a permanência dos jovens do campo, com construção de conhecimentos, reconhecimento de sua identidade e criação de oportunidades de inserção qualificada junto à família, é das Casas Familiares Rurais, alicerçadas na pedagogia da alternância. Trata-se de uma clara iniciativa de romper com a falta de comprometimento que existiu entre a educação e o meio rural, assim como entre a educação e a valorização do trabalho que é realizado pelo homem do campo.

Tais instituições bem como diferentes entidades representativas da agricultura familiar voltam seu olhar à preocupação com a sucessão familiar rural e à valorização dos jovens que escolhem o meio rural como modo de vida. Entretanto, importa que esta sucessão ocorra de forma que se estabeleçam relações harmônicas e sustentáveis entre os meios produtivos, social e ambiental, de modo que seja benéfica para as famílias rurais e para toda a sociedade.

#### 2.4 AS CASAS FAMILIARES

Para amenizar alguns dos problemas encontrados no meio rural, como a permanência do agricultor e sua família nas unidades produtivas, bem como a garantia de acesso aos novos conhecimentos e motivação para o desempenho de suas atividades, que surgiu a proposta via educação no campo (COLOSSI; ESTEVAM, 2003). As primeiras experiências de educação no campo através do ensino em Casas Familiares Rurais - CFR datam de 1935, na França, momento em que a agricultura francesa passava por uma crise, e a educação formal estava voltada para uma proposta ao meio urbano (COLOSSI; ESTEVAM, 2003).

A partir deste momento passa a nascer um plano pedagógico diferenciado, também conhecido por Pedagogia da Alternância-PA que visa trabalhar a formação dos jovens agricultores através de uma prática pedagógica com períodos alternados no meio socioprofissional, através da realização de atividades junto às unidades produtivas familiares, e períodos no meio socioeducativo, que ocorrem junto às CFR (ZONTA; PACHECO, 2016). Através da Pedagogia da Alternância busca-se a articulação dos sujeitos entre diferentes tempos e espaços de estudo, com vistas à formação e desenvolvimento profissional e integral, bem como o desenvolvimento do meio em que estão inseridos (HILLESHEIM, 2018).



Ademais, esta experiência educativa através da Pedagogia da Alternância não representa uma oposição ao sistema educacional vigente (HILLESHEIM; VIZZOTTO, 2015), mas sim, uma oportunidade de formação para os jovens do meio rural, de modo a possibilitar a continuidade de seus estudos, sem ter que abandonar as atividades do meio rural, revelando ao longo da sua história, um movimento pela busca constante em torno da articulação entre ação e reflexão (SOBREIRA, SILVA, 2014).

Assim, observa-se que o método de ensino e aprendizagem adotado nas Casas Familiares Rurais surgiu como uma possibilidade para atender as necessidades do sujeito do campo, sendo um incentivo para sucessão rural e continuidade das atividades no meio (HILLESHEIM; VIZZOTTO, 2015).

Diante da experiência francesa bem sucedida como alternativa para a educação do campo, o modelo passa a expandir para outros países, sendo que, especificamente, na região Sul do Brasil, a primeira CFR data de 1987 (TEIXEIRA, ANTUNES, 2011). A partir dali várias experiências de CFR podem ser apontadas, como por exemplo, a Casa Familiar Rural Santo Isidoro - CFRSI, implantada em 2002, em Frederico Westphalen (HILLESHEIM; VIZZOTTO, 2015), e a Casa Familiar Rural Filhos da Terra - CFRFT, localizada em Campina das Missões, cujo funcionamento foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação no ano de 2018 (KASPER, 2020), e que é alvo do estudo apresentado neste artigo.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia deste estudo caracteriza-se como sendo de alcance descritivo, que de acordo com Triviños (1987), reside no desejo de conhecer mais sobre determinada situação, suas características e contexto. Em relação à abordagem do problema, se fez uso de uma pesquisa qualitativa, para compreender uma situação sob perspectiva dos participantes em relação ao contexto analisado (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Quanto aos procedimentos utilizados, o estudo é classificado como documental, por fornecer ao investigador a possibilidade de reunir informação sobre determinada situação a partir de documentos (TRIVIÑOS, 1987), como Resoluções, Estatutos, Relatórios, Plano de Estudos, dentre outros fornecidos pela Escola CFRFT. Também utilizou-se o estudo de caso junto à Escola CFRFT, uma vez que se busca “fornecer o conhecimento aprofundado de uma



realidade delimitada que os resultados atingidos podem permitir e formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas”(TRIVIÑOS, 1987, p.111).

Para o aprofundamento desta realidade aplicou-se um questionário, com perguntas fechadas, direcionado aos estudantes das três séries do Ensino Médio, da CFRFT. Deste modo, a população de estudo representou 60 alunos, dos quais 53 participaram deste estudo.

Após, foram analisados os documentos fornecidos pela Escola, e realizadas as análises das respostas obtidas, cujos resultados passam a ser descritos no tópico a seguir.

#### **4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O início da Casa Familiar Rural Filhos da Terra - CFRFT, data de 2006 na região Fronteira Noroeste, com sede em Santo Cristo, onde nos primeiros 13 anos teve seu funcionamento, porém não possuía autorização do Conselho de Educação para atuar como escola de Ensino Médio. Em 2018, um novo processo foi encaminhado, desta vez logrando êxito. Um novo espaço foi articulado com órgãos públicos, em uma escola estadual em fase de fechamento no município de Campina das Missões. Nascia assim a Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Filhos da Terra, na Linha Butiá Norte, Campina das Missões.

Conforme Plano de Estudos da CFRFT, a Escola por meio de uma proposta educacional inclusiva e utilização da metodologia da Pedagogia da Alternância, prima pela relação teoria e prática, ou seja, vincula o espaço escolar com a realidade dos educandos. Desta forma objetiva promover a formação integral destes jovens, como o desenvolvimento tecnológico, econômico, sociocultural, ambiental, político, e das comunidades em que estão inseridos.

Ademais, no Plano de Estudos destaca-se que a formação oferecida aos educandos da CFRFT, estimula sua atuação no sentido de melhorar a qualidade de vida no meio rural, desenvolvendo o espírito associativo, possibilitando a permanência dos jovens no interior com padrões de vida compatíveis com o mundo atual.

O público discente da CFRFT é formado por filhos de agricultores familiares, originários de municípios que integram os Coredes Fronteira Noroeste e Missões. Atualmente a escola conta com 60 alunos matriculados, divididos nas três turmas do Ensino Médio. Quanto à manutenção e financiamento da escola, esta é mantida por entidades sindicais,



cooperativas, bem como em 2020 passou a receber recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Considerando o público discente que frequenta a CFRFT buscou-se conhecer as expectativas quanto à sucessão rural, sendo que do total de respondentes, 15,1% afirmam ter 100% de certeza que irão fazer a sucessão familiar; 60,4% afirmam que há 80% de chances, 17% assinalam 60% de chances e apenas 7,5% afirmam ter 30% de chance de assumir a sucessão. Percebe-se que nenhum dos entrevistados descarta totalmente a possibilidade de seguir na atividade.

Deste modo, estudar em uma Casa Familiar Rural, segundo os estudantes, contribui na escolha de permanecer na agricultura. Para 32,1 %, a escola é muito importante para a escolha; para 66% é importante, pois reforça a decisão tomada previamente; para apenas 1,9% a escolha foi pouco importante, uma vez que já havia feito sua escolha anteriormente. Neste sentido, os resultados apontam para a importância de um modelo de educação do campo, refletindo na escolha dos jovens de permanecer no meio rural.

Questionados sobre a metodologia da Pedagogia da Alternância, dentre suas características, aquela que mais pesa para os estudantes, (43,4%) refere-se ao fato da Pedagogia da Alternância permitir a relação entre a teoria desenvolvida na escola e a prática na propriedade. Outros 37,7% afirmam que valorizam mais o fato de a escola permitir aulas mais voltadas para temas do seu interesse e que tem relação com sua realidade. Aparecem com menos ênfase, segundo os alunos, temas como a possibilidade de maior convivência com jovens com origem parecida a sua (7,5%); os monitores terem sua origem na agricultura e por isso conseguirem entender sua realidade (5,7%); e o fato da escola permitir outras aprendizagens como relações humanas, cuidado com os ambientes, limites e responsabilidades (5,7%).

Em relação às características das propriedades rurais pertencentes às famílias dos jovens integrantes da CFRFT, destaca-se que a maioria dos alunos provêm de famílias com pequenas áreas de terra, sendo que 67,9% possuem menos de 25 hectares, 49,9% possuem menos de 15 hectares e 12, 2% menos de 5 hectares. A pouca quantidade de terra repercute significativamente na atividade produtiva das unidades familiares. A atividade leiteira é a principal fonte de renda para 62,3% dos alunos da Casa Familiar Filhos da Terra. Já a produção de grãos, que exige uma área maior para se tornar viável, tem apenas 9,4% de



participação como principal atividade. Um destaque negativo é a pequena participação da produção de hortifrutigranjeiros e de agroindústrias, que juntas somam 5,7%.

Outros dados relevantes mostram que as famílias de onde provém os alunos possuem uma significativa relação comunitária, sendo que 90,6% são associados a Sindicatos de Trabalhadores Rurais, 67,3% são associados a uma ou mais cooperativas de produção, 94,1% são associados a uma ou mais cooperativas de crédito, 79,2% são associados a uma cooperativa de eletrificação e 34,6% são associados a uma Cooperativa da Agricultura Familiar. Esses dados nos ajudam a compreender a importância das entidades na construção e manutenção da CFRFT, bem como caracteriza a formação integrada, vinculada ao contexto de organizações sociais existentes no meio onde o jovem vive.

Os dados apresentados, ajudam a compreender, ainda, o perfil dos jovens que buscam a Casa Familiar Rural Filhos da Terra para fazer a sua formação de ensino médio. É mister destacar aqui que a escola está completando em 2021 seu terceiro ano de funcionamento como Ensino Formal, sendo possível concluir que se trata de um trabalho inicial, ainda em construção e em constante aperfeiçoamento. Cumpre destacar também que a procura por matrículas vem crescendo anualmente, contudo, a capacidade máxima é de 30 alunos por turma/série, dadas as limitações de espaço para alojamento.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implantação de políticas públicas para Agricultura Familiar e para a juventude rural são fundamentais para incentivar o jovem rural a permanecer na atividade e fazer a sucessão na propriedade, porém não são suficientes. Nesse sentido, percebe-se a importância de um currículo pedagógico mais voltado para este público, proporcionando, inclusive, oportunidades de um diálogo mais qualificado e argumentativo na relação familiar, espaço em que ocorre a decisão sobre a sucessão. As Casas Familiares Rurais foram criadas com este objetivo, de proporcionar o acesso a uma educação mais voltada à realidade rural, e em que pese o pouco tempo de atuação, vem demonstrando resultados animadores na sua principal meta, que é de incentivar a sucessão na propriedade rural familiar, com maior autonomia e conhecimento daqueles que assumem o desafio.

A Casa Familiar Rural Filhos da Terra, apesar de estar em seu terceiro ano de existência como escola reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação, conta com a



experiência pregressa de 13 anos como espaço de formação voltado para a sucessão familiar, contemplando jovens provenientes de diferentes municípios da Fronteira Noroeste e das Missões. Na pesquisa realizada com os jovens estudantes, verifica-se que a opção de se matricular na escola conta com alto nível de consciência, sendo que 98,1% consideram que escola está sendo importante para sua escolha profissional e apenas 7,5% dos educandos entrevistados consideram que as possibilidades de fazer a sucessão rural são inferiores a 60%. A pesquisa também aponta que 81,1% destacam que o currículo voltado para a sua realidade e a relação entre a teoria e a prática são os aspectos mais valorizados na avaliação da escola. Constatam-se portanto que os objetivos propostos em relação ao estímulo e a criação de condições para a sucessão familiar rural vêm sendo alcançados.

A experiência da Casa Familiar Rural Filhos da Terra, traz na sua constituição uma relação de Intercooperação. Sua mantenedora é uma associação que reúne cooperativas de crédito, de infraestrutura-eletrificação, de produção, sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades governamentais e não governamentais, apontando para uma necessária união de esforços entre sociedade civil organizada e Estado. Como consequência deste esforço coletivo, um outro ensinamento está implícito: a importância de valorizar as entidades e constituir novas lideranças para que a sucessão alcance não apenas as propriedades, mas também as entidades.

O tema da sucessão familiar, como podemos observar neste artigo, é recente e dinâmico, merecendo estudos de acompanhamento e análise de resultados, levando sempre em conta a identidade cultural local e o perfil dos jovens que vivem nesta região, aspectos importantes para a tomada de decisões. Ainda, pode-se observar que a combinação de políticas públicas e organização da sociedade civil de forma intercooperativa são fundamentais para criar as condições necessárias para que a sucessão na agricultura familiar aconteça.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, pg. 205-227, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. IPEA, Rio de Janeiro, 1999.



COLOSSI, Nelson. ESTEVAM, Dimas de Oliveira. CASAS FAMILIARES RURAIS: uma alternativa para a formação de jovens agricultores. **Revista de Administração**, ano 2, 2003.

DURSTON, John. **Juventud rural excluída em América Latina**: reduciendo la invisibilidad. XXI Congreso Latino Americano de Sociologia: São Paulo, 1997.

EMATER/RS-ASCAR. **Pesquisa Juventude Rural e Sucessão**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2018.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; LAGO, Sandra Mara Stocker; BRANDALISE, Loreni Teresinha. Sucessão na Agricultura Familiar: Produção Científica Brasileira na Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo (2004-2016). **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.4, out./dez. 2017.

GRISA, Cátia; KATO, Karina; FLEXOR, George; ZIMMERMANN, Silvia. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Revista Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 13-38, jan./jun. 2017.

HILLESHEIM, Luis Pedro. A prática de Formações em Alternância no Ensino Superior. In: SCHEEREN, Catiane Peroza; PELEGRINI, Gelson; HILESHEIM, Luis Pedro. **Formação em Alternância no Ensino Superior**. Frederico Westphalen: URI, 2018.

HILLESHEIM, Luis Pedro; VIZZOTTO, Mateus. A contribuição da formação por alternância na sucessão da agricultura familiar. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**. Santa Maria, v. 19, n. 1, jan. -abr. 2015, p.03–08.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

\_\_\_\_\_. 2016. In: SANTOS, Henrique F. dos. Modernização seletiva da agricultura brasileira e a expropriação socioeconômica do campo. **Revista CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 11, n. 24, p. 231-261, ago., 2016

KASPER, Lidiane. Casa Familiar Rural Filhos da Terra: espaço de ensino e aprendizagem. In: KOVHOUTT, Mirian Rosani Crivelaro; Kasper, Lidiane. **Fortalecimento da Agricultura Familiar através de ações de ensino, pesquisa e extensão**. IFFarroupilha, Santa Rosa, 2020.

KISCHENER, Manoel Adir; KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições aprendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrario**, 16 (33), 2015.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável** [recurso eletrônico]. – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019.



PASQUETTI, E. P. ; HILLESHEIM, L. P. . A sucessão na agricultura familiar no município de Nova Candelária/RS. In: Gelson Pelegrini; Jaqueline Patrícia Silveira; Luis Pedro Hillesheim. (Org.). **Rede escola de governo: especialização em desenvolvimento rural e agricultura familiar**. 1ed.Frederico Westphalen-RS: URI - Frederico Westph, 2014, v. 1, p. 155-164.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. Revisão técnica: Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 376 p.

SOBREIRA, Milene Francisca Coelho; SILVA, Lourdes Helena da. Vida e construção do conhecimento na Pedagogia da Alternância. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 212-227, 2014.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; ANTUNES, Leticia Cristina. Casas familiares rurais e desempenho escolar: um estudo na região sudoeste do Paraná. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 951-969, set./dez. 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROIAN, Alessandra, TAFERNABERRY, Edenilson, MACHADO, Leticia. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil - Análise da Evolução e Distribuição Entre 1999 e 2017. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, Ano 18 n. 50 jan./mar. 2020

WEISHEIMER, Nilson. **Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFRGS, Porto Alegre, 2004.

ZONTA, Elisandra Manfio; PACHECO, Luci Mary Duso. **Pedagogia da Alternância: possibilidade de emancipação para os jovens agricultores familiares**. Curitiba: CRV, 2016.